

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.064.773 - SP (2017/0049655-4)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : MARIO DALEVEDOVE**  
**ADVOGADO : ADEMAR PINHEIRO SANCHES E OUTRO(S) - SP036930**  
**AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo interno interposto por MÁRIO DALEVEDOVE contra decisão de minha lavra, e-STJ fls. 339/342, em que neguei provimento ao recurso especial, tendo em vista que o autor não comprovou a sua qualidade de segurado especial, para fins de concessão de aposentadoria por idade rural.

Sustenta o agravante que o mandato de vereador por ele exercido não descaracteriza a sua condição de segurado especial, por ser exceção constante do art. 11, § 9º, V, da Lei n. 8.213/1991. Requer, assim, a reconsideração do *decisum* impugnado.

Intimada, a parte agravada não formulou impugnação.

É o relatório.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC de 1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

Feito tal registro, verifico que assiste razão ao agravante.

A sentença havia julgado procedente a ação, nos seguintes termos (112/114):

Analizando os autos com as provas colhidas, entendo que o autor provou o trabalho rural alegado.

O autor manteve uma propriedade rural entre os anos de 1966 a 1983/1984, quando após uma forte chuva perdeu sua plantação, e se viu obrigado a vender o sítio. A partir de então, iniciou o trabalho em outras propriedades como volante.

Anote-se que o exercício de outra atividade, sendo esta urbana (fls. 73), notadamente a de dirigente do serviço público (fls. 73 e 92/93), não tem o condão de macular o direito à aposentadoria, dada a descontinuidade inerente à espécie.

Saliente-se, neste ponto, que a própria Instrução Normativa INSS/PRES n. 11, de 21/09/2006, dispõe sobre a possibilidade de concessão da aposentadoria por idade rural quando há períodos intercalados de exercício de atividades rurais ou urbana e rural, desde que o segurado esteja exercendo atividade rural ou em período de graça, na data em que implementou as condições para a aposentadoria (art. 58, §1º e 2º).

Os depoimentos foram convincentes o bastante para caracterização do

trabalho rurícola.

O acórdão recorrido, por sua vez, deu provimento à apelação do INSS, consignando que (e-STJ fls. 195/199):

Despicienda qualquer discussão quanto ao atendimento do primeiro requisito porquanto os documentos acostados a fls. 8 comprovam inequivocamente a idade da demandante, no caso, 60 (sessenta) anos, à época do ajuizamento da ação.

(...)

No entanto, conforme consultas realizadas no Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS, juntadas pelo Juiz a quo a fls. 73/75 e pelo INSS a fls. 147/164, verifiquei que o demandante possui registro de atividade na "CÂMARA MUNICIPAL DE HERCULÂNDIA" no período de 1º/1/2001 a 12/2004, tendo efetuado recolhimentos no período de janeiro de 1985 a outubro de 1986 e em outubro de 1992.

Dessa forma, entendo que as provas exibidas não constituem um conjunto harmônico de molde a colmatar a convicção deste juiz no sentido de que a requerente tenha exercido atividades no campo no período exigido em lei.

(...)

Com efeito, os indícios de prova material, singularmente considerados, não são, por si sós, suficientes para formar a convicção do magistrado.

Nem tampouco as testemunhas provavelmente o seriam. Mas apenas a conjugação de ambos os meios probatórios - todos juridicamente idôneos para formar a convicção do juiz - tomaria inquestionável a comprovação da atividade laborativa rural.

Sobre a condição de segurado especial para efeito de concessão da aposentadoria rural por idade, a lei estabelece que, em regra, o recebimento de outra fonte de renda descaracteriza a condição de segurado especial. A exceção refere-se às hipóteses mencionadas no inciso V do § 9º do art. 11 da Lei n. 8.213/1991, introduzido pela Lei n. 11.718, de 2008, a saber:

§ 9º - Não é segurado especial o membro de grupo familiar que possuir outra fonte de rendimento, exceto se decorrente de:

(...)

V – exercício de mandato de vereador do Município em que desenvolve a atividade rural ou de dirigente de cooperativa rural constituída, exclusivamente, por segurados especiais, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

Observe que razão assiste ao autor, pois não houve descaracterização da sua condição de segurado especial em virtude da exceção constante do art. 11, § 9º, da Lei n. 8.213/91.

Ante o exposto, em juízo de retratação, DESCONSIDERO a decisão de e-STJ fls. 339/342 e, com base no art. 253, II, parágrafo único, “c”, do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de restabelecer a sentença que havia julgado procedente a ação.

Publique-se e intinem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator